

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XVI

HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES

I



COIMBRA/1976

CARACTERÍSTICAS DA CULTURA BRASILEIRA

AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Cultura, no conceito dos antropólogos, é o conjunto de actos que reflectem o poder criativo dos homens em todas as suas manifestações, das mais humildes às mais avançadas, incluindo seus sistemas institucionais, costumes, tradições, práticas materiais, língua, manifestações literárias e artísticas, actividades científicas e tecnológicas. Afirmo há algum tempo atrás, em conferência no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, a propósito do que eu entendia que fosse cultura, numa tentativa para globalizar os vários conceitos e definições dos antropólogos e demais cientistas que actuam no campo das ciências humanas: «Quando os homens elaboraram suas linhas legais de convivência, adoptaram práticas de vida colectiva, organizaram-se em sociedades, estabeleceram a disciplina de seus falares, construíram as suas moradias, riscaram as pedras com que produziram as primeiras manifestações de arte rupestre, fizeram o fogo, dominaram o espaço físico, construíram seus instrumentos de trabalho, adoptaram dietas alimentares, mantiveram as suas tradições orais, que importavam na história do passado e asseguravam a continuidade do grupo, evidentemente estavam elaborando cultura, que os singularizava entre os outros animais e dessa maneira deles se diferenciavam e sobre eles exerciam o domínio. Nesse particular, os homens estabeleceram fronteiras que os contiveram, marcaram e lhes permitiram ou determinaram os traços culturais» (1). A cultura, portanto, será todo esse conjunto de actos de criação que explica os homens e as colectividades.

No caso particular do Brasil, para bem compreender-se o que venha a constituir o património cultural, resultante de nossa força criadora e a distinguir-nos no campo universal da cultura, devemos

(1) Cf. «A Conferência de Veneza e os problemas da cultura», *Carta Mensal*, n.º 194, Rio, 1971.

buscar-lhe as raízes, para melhor compreensão do que ela seja, nos aspectos mais vivos de nossa formação, inclusive do espaço territorial, de nossa regionalização, de nossas características como povo e da contribuição que recebemos, no passado mais distante, e continuamos a receber, dos contingentes étnico-culturais que conosco convivem, participando da evolução do Brasil-continente-arquipélago. E dentro desse contexto do que podemos indicar como sendo a cultura brasileira, encontramos-la caracterizada, fundamentalmente, como cultura mestiça, lembremos logo, mestiça como a de todas as que compomos as Américas, a britânica, a francesa, a espanhola e a portuguesa, que representamos. Como, porém, caracterizá-la nas suas particularidades?

Não esqueçamos, para começar, que somos um espaço de carácter continental, pela extensão que nos confora (2).

Somos, também, um arquipélago fisiográfico, económico, humano (3).

A base física que nos conforma resulta de um esforço que se representa em decisão de Estado e na iniciativa dos brasileiros. A expansão colonial, promovida preferentemente pela decisão dos que compunham a sociedade colonial, e os diplomas de Madrid e de S. Ildefonso asseguraram a extensão e a continuidade territorial. A fronteira nacional, política, não foi, no entanto, de imediato, acompanhada pela fronteira económica. Os vazios demográficos ocorreram enquanto se afirmava o exercício da soberania.

A defesa dessa soberania, por vezes ameaçada no período colonial pelos concorrentes de Portugal na empresa ultramarina (franceses, ingleses e espanhóis) foi mantida incessantemente.

Os estadistas imperiais não se deixaram vencer pelas razões de nossos vizinhos, que não se conformavam com a nossa extensão territorial, que eles afirmavam ser uma consequência de nosso imperialismo. Os Tratados que se firmaram, sob o Império e sob a República, confirmaram o propósito nacional, mantendo-se incólume o espaço, acrescido, em princípios do século XX, com a incorporação do Acre(4).

(2) Cf. JEAN DEMANGEOT, *Le Continent Brésilien*, Paris, 1972; GILBERTO FREYRE, *Continente e il ha*, Rio, 1943.

(3) Cf., de nossa autoria, *As regiões brasileiras: formação, peculiaridades e integração no nosso processo histórico*, Brasília, 1961. Sobre as regiões culturais, é fundamental *Regiões culturais do Brasil*, de Diegues Junior, Rio, 1960.

(4) Cf. RENATO MENDONÇA, *Fronteira em marcha*, Rio, 1956; CASSIANO RICARDO, *Marcha para Oeste*, 4.ª edição, Rio, 1970. A bibliografia sobre a for-

A população brasileira, sendo a resultante do processo de mestiçagem, cresceu continuamente (5). Era preciso que crescesse para que pudéssemos dispor dos contingentes humanos necessários à façanha de ocupação do espaço continental. A política adoptada foi, por isso mesmo, uma política que incentivou o crescimento, na certeza de que era fundamental.

A princípio, os contingentes disponíveis eram os dos aborígenes, encontrados pelos portugueses descobridores, que com eles conviveram, se associaram e se ligaram por vínculos de sangue. Depois, vieram os estoques negros africanos. Por fim, a contribuição de outros povos — italianos, suíços, alemães, espanhóis, poloneses, ucranianos, mais sírios, libaneses, japoneses (6). Os quistos que se formaram, em alguns pontos, acabaram por desaparecer. A mestiçagem intensiva criou uma sociedade solidária entre si, que garantiu o território e somou valores recebidos dos vários elementos humanos que dela estavam participando ou dela eram o fundamento. A população brasileira, em seu crescimento mais ou menos explosivo, nos movimentos migratórios internos, população jovem, está, portanto, desempenhando um papel cívico, político, da mais alta significação histórica (7).

O espaço apresenta uma desconcertante variedade de feição, regionalizando-a e desse modo impondo um tratamento que marcou as presenças humanas, também distintas uma das outras. As sociedades que se compuseram em função dessa singularidade do ambiente físico, dos géneros de vida que adoptaram e, durante algum tempo,

mação territorial do Brasil é imensa. Os dois livros referidos asseguram uma ideia de como foi realizada. Também, de nossa autoria, «O Brasil no contexto continental», in *Revista Brasileira de Cultura*, n.º 17, Rio, 1973.

(5) Cf. DIEGUES JUNIOR, *Etnias e Culturas no Brasil*, 5.ª edição, Rio, 1976; ARTHUR RAMOS, *Introdução à Antropologia Brasileira*, 2 vols., Rio, 1943-7; ARTHUR RAMOS, *Le métissage au Brésil*, Paris, 1952; TALES DE AZEVEDO, *Ensaio de Antropologia Social*, Salvador, 1959; TALES DE AZEVEDO, *Democracia racial*, Petrópolis, 1975; TALES DE AZEVEDO, *Cultura e situação racial no Brasil*, Rio, 1966; CARLOS BELTRAN, *Brasil. Tipos humanos y mestizaje*, Madrid, 1970.

(6) Além das obras já referidas, a *Evolução do Povo Brasileiro*, de Oliveira Viana, 2.ª edição, São Paulo, 1933. Também NELSON WERNECK SODRÉ, *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, 1944. A bibliografia sobre a participação de estrangeiros na vida brasileira é hoje extensa e expressiva, deixando bem clara a contribuição de cada etnia e cultura europeia e asiática.

(7) Cf. de minha autoria, «Aspirações brasileiras», in *Revista Brasileira de Cultura*, n.º 19, Rio, 1974; «Geopolítica do Brasil», in mesma *Revista* n.º 16, Rio, 1973.

das distâncias em que viveram, foram sociedades também regionalizadas, com hábitos, atitudes, comportamentos e feições distintas. Tal distinção não levou, no entanto, à criação de sociedades hostis entre si, contrárias à unidade nacional. Uma solidariedade, difícil de explicar satisfatoriamente, mantém-nos em regime de solidariedade intensa, comprovada em todos os momentos difíceis da vida nacional e nas grandes iniciativas que agitam a nossa consciência e o nosso coração : as guerras a que temos sido chamados, as comoções políticas, os êxitos alcançados, no exterior, em prélios memoráveis (8).

A população brasileira, nesse espaço continental e regional, elaborou, para seu uso, instituições políticas, que variaram com o decorrer dos tempos e nos definiram no convívio universal. Toda uma vasta aparelhagem de Estado foi sendo montada. Buscámos a lição, o exemplo de outros povos, talvez mais experimentados; adaptámos sistemas e práticas às nossas condições e às nossas exigências, sem perder de vista o que já nos distinguiu como povo pelas peculiaridades que nos marcavam. Acompanhámos as mudanças universais, de acordo com as nossas exigências e conveniências.

Enfrentando a natureza, dominámo-la com segurança. Parte do chamado mundo tropical, não nos arreceámos dele nem aceitámos como real a tese da incompatibilidade dos trópicos com a espécie humana para as tarefas da civilização (9). Criámos cidades que rivalizam com os melhores e mais adiantados centros urbanos de toda a Terra. Abrimos os caminhos ou estamos completando a rede de ligações internas, que facilitam as relações entre as sociedades distantes e assegurarão maior velocidade ao processo de integração (10). Criámos a grande lavoura tropical da cana, do café, do tabaco, do algodão, do cacau. Explorando a natureza em ser, dela retiramos o muito que ela nos proporciona, representado em espécies vegetais, como a especiaria amazônica (borracha, castanha, guaraná, sementes oleaginosas) e nas espécies animais, constantes dos peixes das águas fluviais, das águas marítimas, os couros e peles dos animais selvagens.

(8) JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, *Interpretação da realidade brasileira*, Rio, 1969; MANOEL BONFIM, *O Brasil na América*, Rio, 1929.

(9) Cf. CLARIVAL DO PRADO VALLADARES, «O espírito criador do povo brasileiro», in *Revista Brasileira de Cultura*, n.º 14, Rio, 1972.

(10) A política rodoviária adoptada está contribuindo eficientemente para operar a integração, melhor vinculando populações distantes, dada a extensão do território.

No subsolo fomos buscar os minerais que nos projectaram nos mercados mundiais — ouro, pedras preciosas. Hoje é o petróleo, são os minerais de alto teor, de interesse para a segurança nacional. As pesquisas a que se procede revelam uma continuada presença de valores minerais, essenciais à nossa potencialidade.

Um parque industrial, cuja produção já supera, nos quadros da exportação, a dos produtos primários, marca, de maneira ponderável, o progresso económico.

Durante muito tempo, acusávamos o clima. Atribuíamos-lhe uma presença negativa, que perturbava nossa existência. Afrânio Peixoto, em livro-síntese, *Clima e Saúde*, bem situou o problema. As enfermidades, que eram endémicas, ou epidémicas, não eram nativas. Tinham sido transportadas e eram erradicáveis. Depois da obra de Oswaldo Cruz, ninguém mais acreditou na impossibilidade do êxito. Há uma política sanitária esclarecida que triunfa sobre os males do corpo. Na luta contra a moite, estamos escrevendo grande sucesso. Os índices de mortalidade infantil decrescem. A longevidade começa a ser realidade. O clima não é impeditivo de nossa existência nem nos tira o vigor físico e intelectual para nossas decisões e a prática de actos materiais e espirituais expressivos de nossa capacidade para criar e realizar.

Na aventura do espírito, criámos as instituições necessárias. Há organismos governamentais que actuam intensamente. O património histórico e artístico está sendo tombado e defendido, o que revela a existência de uma consciência nacional definida sobre o que aqueles valores representam ⁽ⁿ⁾.

Falamos uma língua que foi imperial, na irradiação que alcançou, representando a Europa nos Sete Mares, na fase heróica dos grandes descobrimentos. E tendo sido manejada com força de projecção universal, a serviço da unidade humana, diversificou-se com o enriquecimento através da contribuição de outros falares, com que se defrontou. No caso particular do Brasil, tendo valido à obra de unificação social e cultural, não deixou também de diversificar-se, aqui

⁽ⁿ⁾ Cf., de minha autoria, *A Política Cultural do Brasil*, Lisboa, 1970, separata do *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*. Também o volume organizado pelo Conselho Federal de Cultura, intitulado *Aspectos da política cultural brasileira*, Rio, 1976.

e ali, em falares que não perturbam, contudo, o idioma comum, mesmo diferenciando-se em falares regionais ⁽¹²⁾.

No particular do processo educacional, em face da distribuição irregular da população e seu crescimento nas áreas menos favorecidas pelas linhas de progresso e do bem-estar, a política adoptada não pôde vencer ainda o quadro negativo do analfabetismo. A crítica é, porém, severa demais. Há um esforço nacional emocionante para destruir aquele quadro. A rede escolar, visando à alfabetização, cresce em número e em resultados positivos. Também vai em ascensão a rede do ensino primário e médio. A Universidade, que até 1920 não existia e naquele ano passou a ter uma única unidade, funcionando no Rio de Janeiro, ampliou-se rapidamente. São hoje 61, cobrindo, praticamente, o Brasil em toda a sua extensão, a ela somando-se 196 escolas superiores autónomas ou não integrantes de Universidade. Nas letras, nas artes, na tecnologia e na actividade científica, possuímos um haver impressionante. Em livro de publicação do Conselho Federal de Cultura, *A Inventiva Brasileira*, de Clovis Costa, há um balanço expressivo de como contribuímos para a ciência e para a tecnologia universais.

As bibliotecas públicas somam 2.229. O total delas, reunidas às de outras instituições públicas e privadas, vai a 15.000; os museus são 252; as rádios, 959; as televisões, 40. No *Atlas Cultural do Brasil*, todos os elementos reveladores da criatividade e da acção cultural, nos seus mais variados ângulos, estão apresentados em termos realísticos, que nos falam ao espírito e ao coração.

O planeamento de nosso processo desenvolvimentista constitui comprovação da decisão de crescer disciplinadamente. Somos, aliás,

(12) Sobre a língua portuguesa no Brasil, são fundamentais: EUGENIO DE CASTRO, *Geografia linguística e cultura brasileira*, Rio, 1937; SERAFIM DA SILVA NETO, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio, 1950; EUGENIO DE CASTRO, *Geografia linguística e cultura brasileira*, Rio, 1937; GLADSTONE CHAVES DE MELO, *A Língua do Brasil*, Rio, 1971; XAVIER MARQUES, *Cultura de língua nacional*, Salvador, 1933; CANDIDO JUCÁ (filho), *Língua Nacional. As diferenciações entre o português de Portugal e o do Brasil*, Rio, 1937; RENATO MENDONÇA, *O português do Brasil*, Rio, 1936; JACQUES RAYMUNDO, *A língua portuguesa no Brasil*, Rio, 1941; CECIL MEIRA, *A língua portuguesa no Brasil*, Belém, 1943; JOÃO RIBEIRO, *A Língua Nacional*, São Paulo, 1933; LUÍS VIANA FILHO, *A língua do Brasil*, Salvador, 1954; José Pedro Machado, *O português do Brasil*, Coimbra, s/d; CIRO T. DE PAULA, *O dialeto brasileiro*, Curitiba, 1942; JORGE MORAIS BARBOSA, *A língua portuguesa no mundo*, Lisboa, 1968.

pioneiros nesse campo, pois que, antes de qualquer nação, programámo o desenvolvimento. Foi no governo do Presidente Hermes da Fonseca, sendo Ministro da Agricultura o Dr. Pedro de Toledo — plano de segurança nacional, económico e político, da Amazônia que perdera, então, o domínio dos mercados da borracha com a concorrência oriental (13).

Nossas técnicas já actuam lá fora. Planejamos hidrelétricas, cidades, usinas. Difundem, desse modo, o Brasil na plenitude de sua capacidade, contribuindo para desfazer a imagem pessimista com que nos projectam no exterior. Se até já discutem, os que nos examinam, se não é mito a tradição da não-violência na formação brasileira! Se, para outros, nosso carácter é por demais flutuante, desprovido da maturidade e, em consequência, nossa psicologia, como povo, não pode ser ainda devidamente aferida sem graves erros de conclusão! Se já nos apontam como um povo de tendência ou de acção imperialista, dominado pela preocupação de hegemonia continental! Se em livro recentíssimo, *Destin du Brésil*, M. Schooyans prevê que será ele o povo capaz de conduzir o mundo, em face dos aspectos positivos de nossa formação tranquila, nosso procedimento humano, humano como nenhum povo conseguiu ser! (14).

A cultura brasileira é, assim, a resultante de contribuições as mais variadas, dos muitos estoques étnicos e culturais que nos chegaram e nos deram o ser. Suas matrizes são, portanto, variadas. Todos esses valores incorporados compõem aspectos que nos definem e nos dignificam. Somos, como consequência, o homem cordial que Cassiano Ricardo propôs? Há hoje um imenso debate acerca das culturas continentais, regionais e nacionais. Haverá, assim, uma cultura europeia, uma negro-africana, uma oriental. Fala-se já na possibilidade da constituição de uma cultura latino-americana. Escreve-se muito acerca da cultura norte-americana. Como, porém, defini-las, como caracterizá-las? Será conveniente não esquecer nunca que somos, inicialmente, aborígene americano, europeu ocidental e negro africano. Fundiram-se em transculturações expressivas essas forças criadoras. E elas nos permitiram apresentar o Brasil como nação que não odeia, que não faz guerras de conquista, que decide seus conflitos internacionais

(13) Cf., de minha autoria, *O planejamento regional*. Rio, 1958.

O4) Paris, 1973.

pela arbitragem, que realiza a democracia étnica ou de cores, que proporciona ao mundo um Santos Dumont, um Villa-Lobos, um Niemeyer, que realiza a sua transformação institucional e cultural sem o furor do fratricídio. Temos, conseqüentemente, direito ao respeito universal pelo que já realizámos e pelo que continuamos a realizar, dentro daqueles padrões de dignidade humana.

Que é, por fim, a cultura brasileira? Que ela é, o que representa, que significa? É indefinível, para que possamos conceituá-la, defini-la numa frase, num pensamento, numa reflexão, numa conclusão, mesmo meditada, muito meditada?

Afonso Arinos, há anos, em ensaio cheio do maior interesse, intitulado *Conceito de Civilização Brasileira*, tentou caracterizá-la, para defini-la. Outros como Alberto Torres, Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, João Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, João Camilo de Oliveira Torres, Paulo Prado, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Tristão de Atayde, Afonso Celso, Sílvio Romero, em suas interpretações do carácter, do comportamento, da acção criadora dos brasileiros, procuraram propô-la. Não somos tristes, como povo, já se concluiu muito acertadamente ⁽¹⁵⁾. Somos um povo cordial, afirma-se. Solucionamos nossos mais graves problemas sem o uso da violência, nisso diferindo dos outros povos, nossos vizinhos, cuja história se vem escrevendo com tanto sangue derramado. A cultura que esse povo constrói ou está elaborando, como pode, afinal, ser conceituada? Será que ninguém conseguiu, ainda, a conclusão desejada para a definição exacta? Que será, realmente, a cultura brasileira?

Sendo a cultura de um povo o somatório dos valores por ele criados, a cultura brasileira, fruto de nosso esforço e de nosso potencial criador, pode ser indicada naquelas manifestações globais, ou mesmo regionais, que não a desfiguram, antes a enriquecem, que propusemos no decorrer desta palestra. Há nela influências que começaram com os estoques étnico-culturais das populações pré-europeias, das várias contribuições europeias e asiáticas e da presença do elemento negro africano. Recebemos valores de toda espécie, assimilámo-los, incorporámo-los.

⁽¹⁵⁾ Cf. CASSIANO RICARDO, *O homem cordial*, Rio, 1959. Também SERGIO BUARQUE DE HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Rio, 1948; EDUARDO FRIEIRO, *O brasileiro não é triste*, Rio, 1957.

Vem agora a indagação final — e as instituições sociais, como integrantes do processo cultural, como vêm sendo conduzidas, de maneira a dar-lhes um sentido que não seja apenas o universal, decorrente de compromissos e de decisões internacionais de que estejamos participando?

Severiano Sombra, em publicação feita nas páginas do *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, divulgou vasta legislação que regulou, durante os 320 anos da presença político-administrativa de Portugal no Brasil, legislação que disciplinara o sector social da Colónia, importando, a referida legislação, na existência de uma política social objectiva e ampla.

O ser social brasileiro, que naqueles 300 anos começou a surgir, compondo a sociedade que se afirmava, não apenas na permanência física na terra, mas na acção criadora que já a definia, experimentou, assim, desde a fase mais distante de sua elaboração, um condicionamento que o tomou ser social sem as feições rígidas, rudes, de outras gentes que se formavam ou já se haviam formado, neste e noutros continentes. As ligações entre esses seres humanos, na composição familiar e extrafamiliar, resguardadas em termos éticos pelos textos que as vigiavam e incentivavam ou até proibiam, e nesse caso tais textos importando pouco, constituíam o ponto de partida para a compreensão do que foi sendo o sistema institucional social entre nós. A aceitação posterior dos elementos que se transferiam para o Brasil, abertas as portas do país ao relacionamento directo com o mundo, relacionamento não apenas mercantil, mas também de natureza espiritual e étnica, contribuiu para assegurar a continuidade do processo e sua consolidação como forma de existência. As leis que se foram adoptando para pôr fim ao regime de excepção, constante da servidão humana dos homens que representavam os estoques africanos negros e eram ainda a grande mão-de-obra para o empreendimento agrícola tropical, completando o que já viera do século XVIII, quando a liberdade ao gentio da terra fora definitivamente decretada, contribuíram para o «status» da igualdade social ⁽¹⁶⁾. Essa solução que não provocou a luta fratricida, como nos Estados Unidos, já era uma solução

⁽¹⁶⁾ Essa política fraterna foi adoptada no período de Marquês de Pombal, quando ao gentio, na Amazónia, foi atribuída a condição de cidadão, podendo, inclusive, participar da vida comunitária nas vilas, então criadas, na condição de vereador.

adoptada por muitos milhares de brasileiros, que já se desfaziam de seus escravos, libertando-os. Nos Orçamentos de Províncias, como foi o caso do Ceará e do Amazonas, as verbas deles constantes, para a manumissão, quase não se gastavam, pois que os que concediam liberdade aos seus escravos não recebiam indemnização. Eram seres humanos, convictos de seus deveres sociais. As instituições sociais brasileiras, que se foram construindo no decorrer de nossa evolução, importaram, continuamente, na inexistência do racismo, como ele ocorre ainda hoje em algumas partes do mundo, mesmo o mundo na mudança vertiginosa dos tempos actuais, e na vinculação, cada vez mais harmónica, entre as sociedades, distantes pela extensão territorial. A política social que nos rege resultou, inclusive, de costumes que se aceitaram na hora em que se principiou a formular a tessitura legal, nos diplomas que se decretaram, como Oliveira Viana, surpreso, teve oportunidade de registrar na condição de integrante da comissão que, após 1930, teve a seu cargo aquela tarefa.

As instituições sociais brasileiras, como aspecto de nosso processo cultural, amadurecidas pelo uso que delas fazemos e pela modernização que sofrem, em face de circunstâncias novas que se forjam e levam a novas experiências, são instituições que consubstanciam traços de nossa psicologia como povo que não odeia, que não se ensanguenta nas horas das mudanças.

A cultura brasileira, como as instituições sociais que a integram, já se inscreve entre as que dignificam a espécie humana. E encontra, entre os que as examinam, exegetas do tipo de um Kayserling, que, visitando as Américas, teve a surpresa de defrontar-se no Brasil não com os seres apenas indígenas, os seres apenas africanos negros, os seres do complexo cultural europeu, mas com seres definidos, que não eram aqueles que ele encontrara nas outras Américas. Aqui, havia o brasileiro, povo a afirmar-se nas suas técnicas de vida, em seu procedimento diário e em suas manifestações de vigor cultural.